

Tombar Brasília, uma polêmica que entra em debate no Senado

3 DEZ 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

A polêmica em torno da inscrição de Brasília como monumento do Patrimônio Histórico da Humanidade, junto à Organização das Nações Unidas (ONU), pleiteada pelo governador José Aparecido, é o tema do debate, hoje, à partir das 10h30, na Comissão do DF no Senado. O Governo do Distrito Federal defende o decreto assinado por Aparecido, limitando a área que deverá ser preservada. Já o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF) e o Sindicato dos Arquitetos do DF criticam a forma como o decreto foi feito e a própria rigidez que representa.

Desde o final de 85 o governador José Aparecido encaminhou à Unesco — órgão da ONU responsável pelo setor cultural — o pedido de inscrição da cidade na lista de patrimônio da humanidade. Em dezembro do ano passado, a Unesco requereu do governo brasileiro um dossiê completo sobre Brasília, ou seja, um histórico da formação da cidade e sua concepção urbanística.

O dossiê exigido pela Unesco foi entregue um mês depois, feito a partir de pesquisas do GT Brasília — Grupo de Trabalho criado em março de 1981, pelo então diretor do Patrimônio Histórico e Ar-

tístico Nacional (SPHAN), Aluizio Magalhães. O comitê do patrimônio mundial, pediu, depois do dossiê, que o Brasil apresentasse uma legislação de preservação. E, foi a partir daí, que a polêmica surgiu.

O GDF, então, como explicou o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, recorreu à Lei Santiago Dantas, que é a legislação específica sobre o Distrito Federal. De acordo com o artigo 38, desta Lei, o Plano Piloto só poderia ser modificado, por uma outra lei. O que o Governo fez, disse Magalhães, foi regulamentar este artigo, delimitando e especificando o que deve ser preservado.

O decreto do governador José Aparecido limita, como área de preservação para o patrimônio histórico, o Plano Piloto, e inclui nisso o plano de expansão das Asas Norte e Sul, feito por Lúcio Costa — é o Brasília Revisitada. O decreto foi submetido ao Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) e aprovado com 18 votos a favor e um contra, o do presidente do IAB/DF, Aleixo Furtado. Para ele, esta legislação deveria ser mais discutida e encaminhada para votação ao

Congresso Nacional.

O GT e as pesquisas

Coordenado pela arquiteta do SPHAN, Brianne Bicca, e composto por representantes da UnB, GDF e Pró-memória, o GT Brasília passou seis anos pesquisando e levantando dados para um posterior tombamento da cidade. O trabalho do grupo começou com um inventário de 33 fazendas, estabelecidas no planalto central, muito antes da fundação de Brasília.

O princípio básico seguido pelo Grupo é manter o «ski-line», ou seja, a linha do horizonte, vista em qualquer ponto da cidade, além da horizontalidade nas Asas — edifícios baixos — e a verticalidade no ponto de concentração dos eixos — com edifícios mais altos. O projeto do GT Brasília não coincide com o decreto do GDF. Ele vai além do Plano Piloto, orientando para a preservação de dez fazendas, das cidades-satélites de Brazlândia e Planaltina, dos acampamentos da Vila Planalto e Metropolitana, e ainda, do próprio meio natural.

A reunião extraordinária da Comissão do DF — requerida pelo senador Pompeu de Sousa (PMDB) — vai ouvir o secretário Carlos Magalhães e a arquiteta Brianne Bicca.